

A ANTIGUIDADE CLÁSSICA E NOVAS POSSÍVEIS ABORDAGENS: reflexões em torno dos usos do passado e da relação entre pensadores e fonte histórica.

Gizeli da Conceição Lima<sup>1</sup>

## **RESUMO:**

O estudo aqui apresentado se insere no âmbito de investigações sobre os usos do passado clássico, na condição de dispositivo discursivo útil à reflexão de questões contemporâneas. No caso em apreço, preocupamo-nos em compreender em que medida as escolhas feitas por pensadores contemporâneos, contribui para forjar projetos de nação e de sociedade ao longo da História. Pontuamos que para o referente artigo, pensamos em trazer à tona, algumas reflexões que giram em torno de nosso estudo sobre a democracia ateniense. Sendo assim, a pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundarmos a discussão sobre os usos do passado clássico pela historiografia contemporânea. A partir dessa perspectiva, faz-se necessário, ao longo de nossas reflexões, pontuar a relevância de nossa pesquisa no que diz respeito à construção de um olhar sobre a concepção de democracia entre os atenienses, que permita indagar o cenário político na qual estavam inseridos os autores dos compêndios de História Universal que estão sendo trabalhados no desenvolvimento da nossa pesquisa do mestrado. Em nosso artigo, usaremos como referencial teórico as obras de Glaydson Jose da Silva e Anastasia Bakogianni no que se refere aos usos do passado e as relações das fontes antigas com autores contemporâneos. Além disso, usaremos em caráter complementar, das contribuições de outros autores de igual importância, que se fizeram presentes em nossa tentativa de construção do saber histórico brasileiro.

**Palavras-Chave:** Usos do Passado, Fontes históricas, Grécia Antiga, Democracia.

## **INTRODUÇÃO**

A narrativa aqui apresentada se insere no âmbito de investigações sobre os usos do passado clássico, na condição de dispositivo discursivo útil à reflexão de questões contemporâneas. Nesse sentido, preocupamo-nos em compreender em que medida as escolhas feitas por pensadores contemporâneos, contribui para forjar projetos de nação e de sociedade ao longo da História. Gostaríamos de pontuar que para o referente artigo, pensamos em trazer à tona, algumas reflexões que giram em torno de nosso estudo sobre a democracia ateniense, bem como a relação entre os historiadores e as fontes antigas.

Dessa forma, a pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundarmos a discussão sobre os usos do passado clássico pela historiografia contemporânea. A partir dessa perspectiva, faz-se necessário, ao longo de nossas reflexões, pontuar a relevância

---

<sup>1</sup> Mestranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista CAPES. Desenvolvendo estudos na linha de pesquisa História, Cidade, Memória e Trabalho. Tendo como orientador o Professor Dr José Petrúcio de Farias Junior. E- mail: gizelilima@hotmail.com.

de nossa pesquisa no que diz respeito à construção de um olhar sobre a concepção de democracia entre os atenienses, que permita indagar o cenário político na qual estavam inseridos os autores que estão sendo trabalhados. Esse texto, e parte da proposta de um tópico que está sendo desenvolvido em nossa pesquisa do mestrado.

Em nosso artigo, usaremos como referencial teórico as obras de Glaydson Jose da Silva (2005) e Anastasia Bakogianni (2015) no que se refere aos usos do passado e as relações das fontes antigas com autores contemporâneos. Além disso, usaremos em caráter complementar, das contribuições de outros autores de igual importância, que se fizeram presentes em nossa tentativa de construção do saber histórico brasileiro.

Para Norberto Luiz Guarinello (2018, p. 07) A história chamada antiga faz parte do repertório cultural dos brasileiros. A História Antiga não deveria ser ensinada apenas nas escolas, nos ensinos fundamental, médio e superior, representada por muitos brasileiros como uma espécie de História das nossas origens como cultura e civilização. Ela deveria ser vista, com maior ou menor conhecimento, como um ponto inicial de uma jornada que, através da História Medieval e da História Moderna e contemporânea dá sentido ao processo de colonização europeia que nos formou e nos transformou em descendentes da Europa, em membros do Ocidente, participantes da civilização Ocidental. Para o autor desde o século XIX a suposta “ocidentalização” de nossa história e de nossa memória foi um projeto consciente do Estado brasileiro e de nossas elites.

Estudar a Grécia e as Civilizações Antigas é um fator muito importante na contemporaneidade. Uma vez que o conhecimento do modo de viver e da cultura a qual tomamos referência, sofre grande influência dessas civilizações. Nesse sentido, pretendemos, em sentido geral, averiguar as apropriações da antiguidade por pensadores contemporâneos e trabalharemos no âmbito dos usos do passado como aporte para pensar o presente.

O estudo dos antigos contribui para pensar a sociedade contemporânea, sobretudo no que tange a aprender a respeitar a cultura do outro. Pois a medida em que a conhecemos, sabendo que todas as culturas são importantes e tem suas peculiaridades e que isso não só enriquece a vida de cada um, mas também nos permite compreender e problematizar nossas escolhas.

É possível perceber que o ensino de História Antiga nos meios educacionais brasileiros encontra-se repassado de forma muito simplista. E isso não acontece só nos níveis fundamental e médio, mas também no ensino superior. Nessa perspectiva, percebemos que a Antiguidade Ocidental é concebida como suporte para se pensar questões concernentes ao poder (de um rei, imperador ou sacerdote) e suas formas de representação (a arte, o domínio sobre o sagrado).

Nesse sentido, é necessário buscar uma forma de compreender o período antigo incluindo nele uma leitura que permita associar o intenso contato entre as diversas sociedades antigas por meio do comércio e intercâmbio cultural. Associando as fontes históricas deixadas pelas civilizações antigas ao universo escolar, que por sua vez, levará o aluno ao reconhecimento dessas fontes como um instrumento importante na construção da cultura do tempo presente.

Em nosso trabalho buscaremos em primeiro momento entender porque a Grécia Antiga instiga pensadores contemporâneos a fazerem uma releitura dos grandes clássicos com a intenção de adequá-los aos seus interesses. Em seguida buscaremos fazer uma reflexão sobre o relacionamento entre o investigador e as fontes. Assim, ao investigarmos a maneira podemos trabalhar o conceito de usos do passado em nossa investigação, isso nos possibilita melhor entender como esses autores se utilizam do conhecimento sobre o mundo antigo para reafirmar modelos de sociedade em suas respectivas pesquisas.

Nesse caso, objetivamos como a finalidade central desse primeiro momento entender como se concebe essa leitura e interpretação de fontes antigas, pelos autores Silva (2005) e Bakogianni (2015) para podermos compreender como fonte de pesquisa histórica escolhida por eles pode torna-se bastante relevante para nossa pesquisa. Uma vez que consideramos essas obras validas para entendermos esse universo de recepção, interpretação e apropriação de textos antigos por contemporâneos, bem como os usos do passado a que eles se remetem para fundamentar seus textos.

De acordo com o texto dos autores Pedro Paulo Funari e Renata Senna Garraffoni (2004, p.04) intitulado *História Antiga na sala de aula*, o século XIX é considerado, por muitos pesquisadores, como um século de fundamental importância no processo de criação de diferentes maneiras para representar a relação do homem com o passado. Em

seu escrito, os autores citam como exemplo a ser pensado nesse momento a difusão do romance, da pintura histórica e a criação de museus que se constituem como elementos fundamentais na concepção das identidades nacionais.

Além disso, nesse processo, a História e a Arqueologia desempenharam um importante papel em um contexto de expansão europeia, onde os intelectuais buscavam nos romanos e nos gregos as referências para a criação do conceito de cultura Ocidental e estabeleceram o Egito e a Mesopotâmia como base de conceito para a cultura Oriental.

De acordo com os autores Funari e Garraffoni (2004, p. 10) atualmente, existem vertentes interpretativas que questionam essa forma tradicional de concepção do mundo antigo. Segundo estes especialistas, é de fundamental importância rever esses ideais e libertar o helenismo desta imagem de superioridade ocidental e agressão justificada. Esta Revisão de conceitos e interpretações tem produzido outras novas interpretações das relações estabelecidas entre os povos que viveram nesse momento e as manifestações culturais que se formaram.

Na posição de historiadores, cabe-nos investigar as relações existentes entre o mundo moderno e o mundo antigo, buscando nos estudiosos um possível caminho que possa ser percorrido e, de certa maneira, aprofundado. Uma vez que esses pensadores buscam repensar à relação entre o mundo moderno e o mundo antigo, analisando a antiguidade a partir de sua realidade. O que nos permite refletir sobre a relação dialética entre o passado e o presente. Trabalhar a relação existente entre o historiador e as fontes históricas se faz necessário para entender como funciona a apropriação de textos clássicos por contemporâneos e o quanto isso contribui para o desenvolvimento do conhecimento humano como forma de compor novas pesquisas.

Ao pensarmos no referencial teórico, objetivamos trabalhar de início com a tese de Doutorado do autor Silva (2005) por se tratar de um autor pioneiro no Brasil nos estudos sobre os usos do passado, uma vez que o autor tem como objetivo norteador de seu trabalho analisar os usos do mundo antigo, sejam eles tanto no campo da história como no campo da arqueologia como uma forma de compreender o mundo contemporâneo.

Silva (2005) propõe em sua tese uma reflexão acerca do papel do passado nos jogos de estratégias e afirmações indentitárias, a medida em que percebe os estudos sobre antiguidade muito próximos das representações coletivas na contemporaneidade. O autor em sua tese parte da premissa de que o saber sobre o passado, sua escrita e suas leituras, são saberes que geram poderes. Isto é, para o autor, o saber sobre o passado traz consigo marcas de poder porque segundo ele, aqueles que dominam o conhecimento sobre o passado podem utilizar desse conhecimento como ferramenta para validar seus interesses através de discursos fundamentados nas leis que regiam o mundo antigo.

No primeiro capítulo de sua tese intitulado *O Caráter Moderno da Antiguidade: Considerações Teóricas e análises documentais acerca da instrumentalização do passado*, o autor procura estabelecer algumas considerações teóricas acerca das relações existentes entre a antiguidade e o mundo moderno, entre o passado e o presente na escrita do Mundo Antigo. Como exemplo, o autor busca inserir o caso francês, objeto maior de seu estudo, procurando analisar de uma forma mais ampla algumas similaridades apropriadas do passado clássico pelos regimes do nazismo e do fascismo, regimes antecessores e contemporâneos do regime de Vichi. Esses exemplos, segundo o autor, chamaram a atenção por serem a Alemanha e a Itália os países onde os discursos sobre as origens nacionais, que tiveram como escopo o mundo antigo, terem sido levados às consequências mais extremas.

Em artigo publicado por Silva (2007), intitulado *O mundo antigo visto por lentes contemporâneas: As extremas direitas na França nas décadas de 1980 e 90, ou da instrumentalidade da Antiguidade*, o pesquisador demonstrou em que medida o passado clássico pode ser ‘domesticado’ por historiadores contemporâneos a fim de satisfazer interesses e objetivos de grupos sociais no poder; no caso em questão grupos políticos de extrema direita. O estudo destaca a importância das apropriações do passado clássico na construção de um ideário de nação e de sociedade, uma vez que os discursos sobre o passado ou as representações sobre o passado se tornam instrumentos de fundamentação de práticas políticas por parte de grupos no poder, o que muitas vezes resulta em propostas xenófobas e racistas dessas sociedades em questão.

Em seu artigo Silva (2007. p. 99) exemplifica a sua pesquisa que gira em torno de investigar como, na atualidade, acontece a utilização da História do Mundo Antigo como

instrumento legitimador do ideário de grupos políticos, especialmente os de extrema direita, GRECE, Front National e Terre de People, que o autor expõe como seus objetos de estudo. Trazendo o caso da França, um país de longa tradição nos estudos da antiguidade, onde o ensino de história durante um longo período era baseado em um ideário de Estado nação e, onde sua historiografia sempre manteve presente o estudo acerca do Mundo Antigo, dando espaço para que este estudo pudesse desempenhar um importante papel nos jogos políticos. De acordo com Silva:

Essa instrumentalidade do Mundo Antigo é um dos grandes pilares da sustentação das propostas xenófobas e racistas dos grupos em questão. Compreender essas apropriações e instrumentalidades requer pensar esses grupos no seio de sua formação percebendo-os e ligando-os à sua origem à matriz direitista do Pós segunda Guerra mundial na França. (SILVA, 2007, p. 100)

Ao analisar os usos do passado sobre as extremas direitas francesas como forma de estabelecer ligações entre o conhecimento do mundo antigo e as compreensões do mundo contemporâneo, em suas duas obras; o autor nos possibilita refletir sobre a maneira como a instrumentalização do passado pode se tornar uma arma de grande valia para uma determinada classe ou grupo político.

Outro nome que usaremos como referencial para nossa pesquisa é o de Bakogianni(2016) que nos mostra que uma das direções mais interessantes para onde a discussão sobre a teoria tem avançado é a de que estamos começando a questionar a relação mais fundamental em estudos de recepção dos clássicos: a relação entre texto-fonte A e texto de recepção B. Anteriormente, a academia tinha se concentrado em examinar os casos em que a recepção contemporânea reivindicava texto(s) antigo(s) específico(s) ou artefatos geralmente como modelos.

Em outras palavras, a leitura do texto de Bakogianni (2015) colabora para que aprimoremos nossa reflexão sobre a relação dos textos-fonte, em nosso caso, os textos relativos a Grécia Antiga. Uma vez que ao examinar os casos em que a recepção contemporânea reivindicava texto(s) antigo(s) específico(s), ou artefatos, geralmente como modelos abordados em sua pesquisa.

Para Bakogianni(2005), a crítica tradicional, baseada predominantemente na materialidade do texto, estimulava estudos que simplesmente verificasse em que medida

textos contemporâneos aludiam ou dialogavam com textos antigos, ou seja, preocupavam-se em avaliar se havia uma correspondência real ou quão próximo ou “fiel” o texto de recepção conseguia ser. Como se observa, a pesquisadora busca explorar em seu texto as diferentes abordagens sobre as questões fundamentais acerca do estudo da recepção dos clássicos. Para exemplificar suas escolhas teórico-metodológicas, ela apresenta um estudo sobre as recepções cinematográficas da história antiga a partir de *Electra*.

Os primeiros estudos sinalizavam a dívida das produções cinematográficas em relação ao texto clássico, tal como discorremos acima; os estudos mais contemporâneos, por outro lado, procuram identificar em que medida tal produções mascaram suas conexões clássicas e qual a intencionalidade por trás de tais distanciamentos produzidos entre a produção midiática e a fonte histórica. Além disso, de acordo com Bakogianni, *A crítica da estética da recepção concentra-se no protagonismo desempenhado pelo leitor na formulação de significado. Cada leitor ‘recebe’ um texto de maneira única, dependendo de sua educação, experiências de vida e interesses pessoais* (2015 p.115).

Entender a teoria da recepção é importante por nos permitir perceber que todas as vezes em que os textos clássicos são lidos, eles são recebidos e reinterpretados de uma nova maneira, ou seja, eles são lidos de maneira diferenciada por cada autor, tendo em vista suas influências culturais, categorias de pensamento que se conectam ao espaço e tempo em que o sujeito histórico está inserido. Assim, os textos-fonte podem ser alterados, mutilados ou ter seus objetivos iniciais negligenciados para satisfazer a necessidades daquele que se apropria dessas fontes.

Nesse caso, para fazer uma análise coerente acerca da escrita da História Antiga nos compêndios de Justiniano Jose Rocha (1860), Pedro Parley (1869) e Victor Duruy (1865) sobretudo no que se refere ao conteúdo destinado a Grécia antiga, - objetivo central de nossa pesquisa no âmbito do mestrado - é importante reconhecermos essa singularidade advinda de cada autor ao escrever sua obra, assim como também atentarmos para os tradutores dessas obras para a língua pátria. Dessa forma poderemos perceber os interesses por trás dos conteúdos considerados de maior destaque por nossas fontes em detrimento de outros que são negligenciados como no caso o conteúdo referente a

democracia ateniense. E essa busca por investigar nossas fontes com coerência é que nos possibilita sermos autorreflexivos como autora mostra na citação a seguir:

O que há de tão clássico na recepção dos clássicos continua a ser uma questão fundamental. Todos nós que trabalhamos na área devemos continuar perguntando isso a nós mesmos e ao nosso trabalho. Afinal, uma das principais vantagens dessa abordagem teórica e metodológica é que ela nos encoraja a ser autorreflexivos, a questionar o que estamos tentando realizar e o processo pelo qual chegamos às nossas conclusões. A recepção nos convida a revelar nossos interesses pessoais e como estes agem como uma lente, através da qual a nossa compreensão dos clássicos greco-romanos e a história da sua recepção é filtrada e, às vezes, distorcida.” (BAKOGIANNI, 2015, p.118)

Para nos ajudar nesse processo de autorreflexão a autora (p.119) nos diz que uma das direções mais atraentes para onde a discussão sobre a teoria tem avançado é a de que estamos começando a questionar a relação mais fundamental entre os estudos de recepção dos clássicos: a relação entre texto-fonte A e texto de recepção B. Para a autora anteriormente, os autores contemporâneos haviam se concentrado em examinar os casos em que a recepção contemporânea reivindicava texto(s) antigo(s) específico(s) ou artefatos como modelos a serem seguidos. Enquanto a crítica tradicional baseada no texto, promovida por estudos de adaptação, pode simplesmente verificar os fatos para ver se há uma correspondência real e quão próximo ou “fiel” o texto de recepção consegue ser promovido por estudos de adaptações.

Isso nos faz indagar se existem diferentes tipos de adaptações exercidas de forma indireta. Se sim, como podemos identifica-las e interpreta-las? De acordo com a autora (p.120) os artistas pós-clássicos que reivindicam um texto-fonte têm, muitas vezes, noções idiossincráticas, distorcidas ou impuras desse texto, enquanto que a fidelidade postula textos A e B objetivos que podem ser cientificamente e quantitativamente medidos uns contra os outros. Em vez disso, devemos trabalhar no sentido de complicar a noção de um texto-fonte puro e dissolver os limites rígidos entre texto, recepção, tradição e comunidades interpretativas.

Na tentativa de problematizar a noção de um texto fonte puro, buscamos através da relação entre textos-fonte relacionados a antiguidade e as pesquisas feitas por pensadores contemporâneos sobre essas fontes. Acreditamos ser de grande valia, trazer, mesmo que de forma panorâmica, o estudo de alguns pensadores contemporâneos sobre

a Grécia Antiga, em especial, sobre a concepção de democracia na sociedade ateniense. Para entendermos o funcionamento da sociedade ateniense buscamos na obra de Peter Jones(1997) intitulada: *O Mundo de Atenas: Uma Introdução à cultura clássica ateniense*, alguns pontos que nos permitissem entender melhor o funcionamento dessa importante sociedade.

Para adentrarmos ao universo ateniense é necessário atentar para o fato de Atenas ser uma cidade cosmopolita, ou seja, marcada pela presença de milhares de imigrantes temporários ou permanentes de outras cidades gregas ou até mesmo de cidades não gregas, que trabalhavam em seu território muitas vezes realizando o mesmo trabalho que os cidadãos gregos. Nesse caso, é necessário ressaltar que mesmo que os trabalhos fossem realizados por ambas as partes, os não-cidadãos não poderiam compartilhar de nenhum direito político dos cidadãos.

Segundo Peter V. Jones (1997) eram conhecidos como cidadãos ou populações livres, todos homens que tivessem pai e mãe nascidos em Atenas e que fossem inscritos aos dezoito anos de idade no registro do *demos* hereditário do pai. E existia ainda uma outra condição para se possuir a cidadania, que segundo o autor era a cidadania gerada através do voto. Contudo o autor afirma que:

Era realmente muito excepcional que os cidadãos aprovassem pelo voto que um estrangeiro residente (*Métoikos*, meteco) ou não residente (*Xénos*) para que este recebesse a cidadania ateniense, como recompensa a algum serviço extraordinário prestado a democracia. (JONES, 1997, p.156)

Em relação aos não-cidadãos, o autor coloca que os escravos, as mulheres e os estrangeiros eram excluídos da cidadania ateniense, e que estes não tinham nenhum direito público ou privado, segundo as leis. De forma resumida, podemos dizer que só uma fração da população ateniense é que desfrutava do direito político na democracia. Segundo o autor o termo democracia origina-se do grego antigo e significa governo do povo, sendo criado a partir da junção das palavras (*demos* = povo e *kratos* = poder). Para tratarmos de democracia consideramos válido, logo de início, tratar de sua terminologia, uma vez que foram os atenienses, através de Clístenes, que fortaleceram o que hoje chamamos de democracia.

No entanto, a democracia nasceu quando um nobre grego chamado Sólon, decidiu propor em 504 a.C um novo sistema de governo para Atenas. Nesse sistema de governo Sólon elaborou uma constituição que estipulava que todas as decisões referentes a vida dos atenienses deveriam ser tomadas com a participação do povo. Contudo é necessário ressaltar que o “povo” era constituído apenas pelos cidadãos atenienses o que excluía a maior parte da população que era composta pelas mulheres, os escravos, os tetas e os estrangeiros.

Quando entrou em vigor, a constituição feita por Sólon ela possibilitou aos cidadãos atenienses o direito de eleger seus governantes e também que eles deliberassem em praça pública, em um local chamado *Ágora*, sobre os principais assuntos que diziam respeito as assembleias. Ao longo das assembleias eram tomadas decisões e também eram eleitos como seus representantes aqueles que atingissem o maior número de votos, já que segundo o autor todos os cidadãos eram considerados iguais pela constituição ateniense.

A democracia, como já falado antes, foi uma invenção ateniense e segundo Jones (1997, p.202) “foi uma façanha espantosa, ” nesse sentido se faz relevante abordarmos em nossa pesquisa a maneira como o autor faz uma distinção entre a democracia antiga e suas várias versões na modernidade. Segundo o autor:

Na Antiguidade, o governo do povo, pelo povo e para o povo era exercido diretamente pelos cidadãos, ao passo que nas democracias modernas, os eleitores (que não são necessariamente todos os cidadãos) elegem representantes para tomar decisões em seu lugar e não tem acesso direto ao poder político no dia-a-dia. Atenas, em resumo era uma democracia direta e não uma democracia representativa. (JONES, 1997, p.202)

No entanto percebemos que de acordo com o excerto a seguir:

Podia significar o povo como um todo, o conjunto integral dos cidadãos do sexo masculino; ou então as pessoas comuns, a maioria pobre do corpo de cidadãos, em oposição as classes superiores; ou a democracia como constituição; ou os democratas em contraste com os que favorecem outras formas de governo; ou o estado democrático de Atenas; ou o povo de Atenas na *Ekklesia*; ou, finalmente, trazendo mais uma confusão, a divisão local, o *demo* (JONES, 1997, p. 202)

Tomando como base os fragmentos acima, gostaríamos de problematizar essa participação do povo nas assembleias de Atenas e com isso fazer uma reflexão sobre como se determinava cada órgão executor dessa democracia. Segundo Pinsky (2013, p. 87) o fundamento do regime democrático é a liberdade. Sendo o princípio da democracia a liberdade fundamentada na igualdade. E sendo esse o fundamento principal da democracia, os procedimentos democráticos seriam os seguintes: que todas as magistraturas fossem eleitas entre todos; que todos mandem em cada e um e cada um, por sua vez, sobre todos; que as magistraturas sejam providas por sorteio e isso não se baseie em nenhuma propriedade ou se assim for, baseie-se na menor propriedade possível. Contudo, o autor coloca:

O problema maior seria como conseguir esta igualdade: se se deve distribuir as propriedades de modo que as de 500 cidadãos espalhavam-se às de 1.000 e que estes mil tinham o mesmo poder dos quinhentos, ou não se deve assim estabelecer a igualdade a respeito da propriedade, se não dividir-se primeiro assim, porém tomar depois um número igual de cada grupo e conceder a este grupo autoridade no concerne as eleições e aos tribunais. Será este o regime mais justo segundo a justiça democrática ou será que se fundamente no número? [...]Qual pode ser pois, a igualdade em que uns e outros estarão de acordo, é questão que deve examinar-se à luz do que uns e outros definem como justo. Ambos os grupos dizem que devem prevalecer a opinião da maioria dos cidadãos. Concedamos, porém não inteiramente, sendo duas as partes que constituem a cidade: os ricos e os pobres, o que deve prevalecer é aquilo em que concordem uns e outros ou a maioria; no caso de opiniões contrárias, prevalecerá a dos mais numerosos e cuja propriedade é maior. (PINSKY, 2013, p. 89)

Na tentativa de responder aos questionamentos do fragmento anterior, se faz necessário ao longo do texto abordar de forma breve, os principais órgãos de funcionamento da democracia ateniense. Para isso, gostaríamos de início promover uma escrita dando enfoque ao papel da Assembléia (Ekklesia) que segundo Starr (2005, p.65) tinha suas principais atividades ligadas às áreas da finança, do culto aos deuses, as eleições, a preparação militar e naval, a política exterior e a justiça (embora de um modo geral apenas em casos políticos). O veículo que segundo o autor fazia com que se chegasse às decisões era normalmente a aprovação de uma legislação, que não deve ser considerada em si mesma, mas sim em cada esfera de ação.

Segundo Jones (1997, p.204) a assembléia ou *Ekklesia* era uma instituição básica da democracia, em sessões realizadas num espaço de 70 anos. Quando convocada, a assembléia reunia-se como centro cívico de Atenas e era considerada o órgão de tomada de decisões, pois era a *Ekklesia* que fazia as leis e que decidia sobre as políticas a serem seguidas. Como poderemos perceber no fragmento a seguir:

Quando convocada a *Ekklesia* (a palavra significa grupo que é “chamado”) reunia-se na *Pnix*, colina sudoeste da *Ágora*, centro cívico de Atenas (I.25,29). Os cidadãos de mais de dezoito anos e devidamente inscritos no registro do *demo* formavam e *Ekklesia*, órgão de tomada de decisões da democracia. No século V a *Ekklesia* também fazia leis, além de decidir sobre as políticas a serem seguidas (*psephísmata*), mas após a restauração da democracia em 403, a função de aprovar as leis gerais(*nómoi*) foi delegada a um órgão menor de legisladores (*nomothétai*). (JONES, 1997, p.207)

Ainda segundo o autor, através da constituição outorgada na década de 320 a.C, tal como é descrita por Aristóteles, a assembléia passou a realizar quatro reuniões fixas em cada um dos dez meses civis. A primeira das quatro reuniões era denominada de reunião soberana (*Kuria*), na qual deveriam ser discutidos os assuntos de maior relevância para a *pólis* como por exemplo: os suprimentos de grãos, a defesa nacional e a continuação dos funcionários em seus cargos.

No que se refere as reuniões de caráter emergencial, o autor que coloca que tais reuniões poderiam ser convocadas caso fosse necessário. Sobre as reuniões da *Ekklesia* o autor nos diz que:

No século V, o presidente dos *prutáneis*, o *epistátes*, era também o presidente da *Ekklesia*. O arauto lia a agenda e o povo votava se discutiria ou não os pontos constantes dela, tal como vimos no julgamento do *strategói*. Se quiserem discuti-los, o arauto proclama: “Quem quer falar?”. Os oradores subiam a tribuna (*bema*) e depois dos discursos fazia-se uma votação por levantamento de mãos (donde o *demou kratóusa kheir* de Ésquilo ver5.5)). Teoricamente, qualquer um podia dirigir-se à *Ekklesia*, mas as questões a serem discutidas e votadas tinham antes de ser consideradas pela *boulé*, que, neste aspecto, servia como comitê diretivo da *Ekklesia*. (JONES,1997, p. 208)

Para o autor, de acordo com o fragmento acima, a *boulé* tinha como função básica determinar as questões que seriam colocadas na agenda da *Ekklesia* como proposta para discussão (*probouléma*). Contudo a *Ekklesia* era livre para fazer quaisquer emendas às

propostas sobre as quais tivesse objeções. E para melhor registrar suas decisões, os atenienses inscreviam em pedras seus decretos para fornecer um registro público permanente que poderia ser consultado por qualquer cidadão que assim desejasse. A *Ekklesia*, além disso, poderia exigir que qualquer plano fosse colocado na agenda para próxima reunião. E em nenhuma hipótese a *boulé* poderia determinar algo para a assembleia, uma vez que a assembleia era soberana.

Contudo percebemos uma mudança no corrente as assembleias a partir do século IV onde o autor coloca que a partir do ano de 400 a.C é introduzido o pagamento pelo comparecimento a assembleia. Através desse pagamento houve uma ampliação na participação dos cidadãos como poderemos ver a seguir:

No século IV, as condições eram diferentes. Por volta de 400, o pagamento pelo comparecimento à *Ekklesia* foi introduzido pela primeira vez para compensar, em parte, a perda de horas de trabalho; em 392 esse pagamento fora elevado três vezes para três óbolos e, na época de Aristóteles, havia chegado a uma dragma, sendo uma dragma e meia por uma hora de *Ekklesia* soberana. Entre 400 e 330, a área do Pnix foi aumentada para acomodar entre 6.500 e 8.500 cidadãos e, em 330, uma grande obra de ampliação passou a permitir o comparecimento de cerca de treze mil cidadãos. Sabe-se que, também no século IV, certas medidas eram mantidas, por exemplo a ratificação de um título de cidadania honoraria, exigiam um quórum de seis mil. Portanto, aparentemente, embora no século IV a população estivesse diminuindo, seis mil pessoas constituíam uma assistência normal, ao passo que no século V, essa cifra só era alcançada em ocasiões excepcionais (o debate sobre a expedição a Sicília, talvez). É provável que a maioria dos participantes viesse mais da cidade de Atenas e do Pireu que dos *demos* rurais. (JONES,1997, p 209-210)

Ainda sobre a participação nas assembleias democráticas é necessário ressaltar que como nos mostra Starr (2005) existiam alguns critérios para que o ateniense tivesse direito de se pronunciar como orador na *Ekklesia* dos quais podemos citar: o indivíduo deveria ser reconhecido como cidadão; deveria ter conhecimento sobre o assunto discutido e pedir o dom da palavra, se lhe fosse concedido o direito de se pronunciar, aí sim ele poderia falar a todos os demais componentes da assembleia. Ainda sobre isso o autor nos mostra algumas regras que são sintetizadas no discurso de Ésquines:

Os oradores do concelho e da assembleia devem ater-se ao assunto, devem tratar de cada assunto separadamente, devem evitar falar duas vezes sobre o mesmo assunto na mesma sessão; devem evitar as invectivas, não devem interromper outro orador, não devem falar se não do *bêma* e não devem atacar o *epistátes*. Para cada transgressão, os *próedroi* podem impor uma multa de até 50 dracmas ou, para uma punição maior, remeter o caso à próxima sessão do conselho ou da assembleia. (ÉSQUINES apud STARR, 2005, p. 82)

Ao analisarmos o discurso acima, percebemos que somente após as questões serem apresentadas pelos oradores à assembleia é que elas seriam encaminhadas para a votação, que era decidida pelo erguimento de mãos e se os *epistátes* tivessem dúvidas acerca de quem tinha a maioria, podia chamar seus colegas *prístanes* para ajuda-los com a contagem. Em seguida, vinha via de regra o decreto que estabelecia formalmente as decisões dos cidadãos, que era redigido pelo secretário.

Entender como funcionava Grécia Antiga, dando um maior enfoque para a democracia ateniense, nos possibilita galgar reflexões que nos levam a desenvolver nossa pesquisa que terá como finalidade analisar como a história da Grécia é narrada nos compêndios de História Universal de Justiniano Jose da Rocha (1860), Victor Duruy (1865) e Pedro Parley (1869) de onde podemos refletir sobre a narrativa escolar proposta para o ensino secundário no período imperial brasileiro e isso se faz necessário para podermos compreender o olhar de desses autores sobre essa sociedade e os silenciamentos existentes na narrativa escolar proposta por esses autores.

Assim como também os escritos de Silva e de Bakogianni nos ajudam a pensar nosso objeto de pesquisa na medida em que ao refletirmos sobre como o conteúdo da Grécia Antiga, de maneira mais específica o conteúdo referente a democracia ateniense, e como este era abordado nos compêndios de História Universal de maneira a satisfazer os interesses do governo Imperial brasileiro, na medida em que era dado destaque a geografia, os heróis, a cultura e as grandes guerras, deixando a margem a influência que os estudos promovidos na Grécia exerceram sob as diferentes formas de governo no Ocidente.

## 6\_ REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES, **A Constituição de Atenas**. Tradução de Francisco Murari Pires. Ed. Bilingue, São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

BAKOIANNI, Anastasia. **O que há de tão “clássico” na recepção dos clássicos?** Teorias, Metodologias e Perspectivas Futuras. Codex—Revistas de Estudos Clássicos, Rio de Janeiro, v.4, n.1, 2016, p. 114-131.

CHEVITARESE, André L.; CORNELLI, Gabrielle; SILVA, Maria Aparecida Oliveira. (Org.). **A tradição clássica e o Brasil**. Brasília: Fortium, 2008.

FINLEY, M. I. **Os gregos antigos**. Lisboa- Portugal: Edições 70, 1963.

FUNARI, Pedro Paulo e GARRAFINNI, Renata Senna. **História Antiga na sala de aula**. Campinas IFCH/UNICAMP, julho de 2004, Textos didáticos n. 51-90 pp. ISSN 1676-7055.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2018.

HARTOG, F. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: UnB, 2003.

JONES, Peter V. **O Mundo de Atenas: Uma Introdução à cultura clássica**. Ateniense. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MOSSÉ, Claude. **As Instituições Gregas**. Lisboa-Portugal: edições 70, 1985.

PINSKY, Jaime. **100 textos de História Antiga**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Glaydson José. **Os avanços da História Antiga no Brasil**. Anais do XXVI Simpósio de História. ANPUH, São Paulo, julho de 2011.

SILVA, Glaydson José. **História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o Regime de Vichy (1940-1944)**. 1ª. edição. São Paulo: Annablume, 2007.

SILVA, Glaydson José da. **Antiguidade, Arqueologia e a França de Vichi: Usos do passado**— Campinas, SP:[s.n], 2005.

SILVA, Glaydson José da. **O mundo antigo visto por lentes contemporâneas: As extremas direitas na França nas décadas de 1980 e 90, ou da instrumentalidade da Antiguidade**. Revista História, V. 26, N.1, 2007, p. 98 -118).

STARR, Chester G. **O nascimento da democracia ateniense: A assembléia no século V a.C.** São Paulo: Odysseus Editora, 2005.